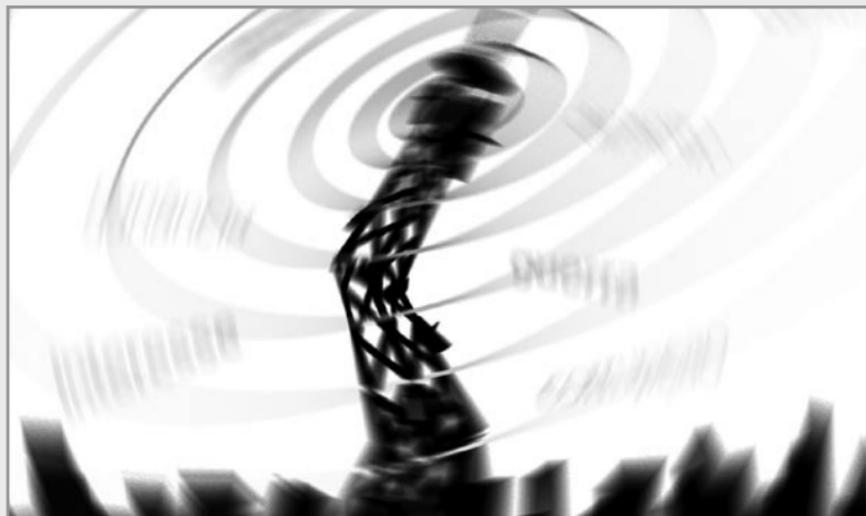


Sistemas éticos e sua relação com a pesquisa contemporânea



Édson Leite

Pós-doutor e doutor em Ciência da Comunicação – ECA-USP;

Mestre em Comunicação Social – UMESP;

Bacharel em Direito – PUC-SP;

maestroleite@uol.com.br



LEITE, Édson.
Sistemas éticos e sua relação
com a pesquisa contemporânea.
Cenários da Comunicação.
São Paulo: UNINOVE, dez. 2004.
v. 3, p. 11-29.

1. Ética – origens e atualizações do conceito

Ética é uma palavra de origem grega e se refere ao conjunto de valores válidos para todos os seres humanos. Segundo Tugendhat (1997, p. 35), ela possui duas origens possíveis: a primeira é a palavra grega *ēthos*, com ‘e’ curto, que pode ser traduzida por costume; a segunda também se escreve *ēthos*, porém com ‘e’ longo, que significa propriedade do caráter. A primeira serviu de base para a tradução latina de Moral (*mores*), enquanto a segunda, de alguma forma, orienta a utilização atual que damos à palavra ética. A ética transcende as culturas particulares e prima pela universalidade: o que é considerado ético em uma sociedade deve ser também em outras. Além disso, refere-se à discussão e reflexão acerca dos valores morais – é a filosofia moral.

Um inventário dos grandes sistemas da ética não é uma tarefa fácil. Desde a tradição grega, foram objeto de discussão por parte dos filósofos a aparição e sucessão de doutrinas éticas fundamentais em conexão com a mudança de estruturas sociais e, dentro delas, da vida moral. Contudo, tentaremos examinar algumas éticas fundamentais através do tempo, partindo da idéia de que o estudo da ética possibilita ao profissional da comunicação uma compreensão mais ampla da sociedade e do mundo por meio de uma reflexão crítica, profunda e abrangente que possibilita o desenvolvimento do raciocínio e permite um nível de compreensão mais articulado e global do mundo.

1.1. Ética grega

Os gregos estavam preocupados com a vida do cidadão na *pólis*. Para eles o homem virtuoso será o bom cidadão, ou seja, aquele que vive segundo as normas da justiça. Seguindo uma certa cronologia do pensamento grego, tentaremos percorrer os principais momentos, de maneira muito resumida, enfatizando os principais pensadores.

Os Sofistas constituíram um movimento intelectual na Grécia do século V (a.C.). Afirmavam que o justo busca a sabedoria e desenvolve a arte de convencer (retórica). Para eles, não existiam verdades nem erro, e as normas, por serem humanas, eram transitórias. Sócrates (470-399 a.C.) lançou as bases da ética como ciência, buscando a verdade única e absoluta e afirmando que aquele que conhece o bem faz o bem, e, conhecendo-o, não pode deixar de praticá-lo; por outro lado, aspirando ao bem, sente-se dono de si mesmo e feliz. Para ele o saber fundamental é o saber a respeito do homem, daí sua máxima: “conhece-te a ti mesmo.” Acusado de corromper a juventude, foi condenado a beber cicuta.

Platão (429-347 a.C.), discípulo de Sócrates, argumenta que fazer o bem é agir com razão. Para Platão, a *pólis* é o terreno próprio da vida moral, cujo objetivo é purificar ou libertar o homem da matéria para contemplar o que realmente é a idéia do bem. Para alcançar essa purificação é preciso praticar várias virtudes que correspondem a cada uma das partes da alma e consistem no seu funcionamento perfeito: a virtude da razão é a prudência; a da vontade ou ânimo, a fortaleza; e a

do apetite, a temperança. A harmonia entre as diversas partes constitui a quarta virtude, a justiça. Na ética de Platão, transparece o desprezo pelo trabalho físico característico da Antiguidade, em que os artesãos ocupavam o degrau inferior da escala social, e as classes dedicadas às atividades superiores como a contemplação, a política e a guerra eram exaltadas.

Aristóteles (384-322 a.C.) foi discípulo de Platão em Atenas e, mais tarde, professor de Alexandre da Macedônia, grande conquistador grego. Defendia que a ética só pode ser conquistada na prática e que, quando controlamos os egoísmos (as paixões), tornamo-nos realmente livres. Em seu entendimento, a sociedade é mais importante que o indivíduo e existe a possibilidade de escolha pelo ser humano. Devemos a Aristóteles o essencial de nossa informação sobre as noções de cidadão e cidadania.

Com o Helenismo – período que vai das conquistas de Alexandre até a conquista romana –, temos uma mudança no pensamento filosófico: a vida interior do homem passa a ser o centro das reflexões e cabe a ele compreender como ser ético quando dominado por pessoas não éticas.

Os Estóicos – partidários das doutrinas dos filósofos gregos Zenão de Cício, Cleanto, Crisipo (século III a.C.) e dos romanos Sêneca, Epiteto e Marco Aurélio (século II a.C.) – surgem no processo de decadência do mundo antigo greco-romano, que se caracteriza pela perda de autonomia dos estados gregos e pela queda de grandes impérios: primeiro o macedônico e depois o romano.

Para eles, a moral se define em relação não à pólis, mas ao universo; percebendo-se como cidadãos do mundo, buscam a felicidade plena e argumentam que a virtude é a negação das paixões.

Os Epicuristas, seguidores de Epicuro (341-271 a.C.), fundador de uma escola de filosofia em Atenas – o Jardim –, acreditavam que a felicidade só poderia ser alcançada pelo prazer que faz o homem voltar-se para si mesmo, com o objetivo de atingir um equilíbrio espiritual perfeito, mas o prazer como idéia de satisfação estável, defendendo que ética é a sabedoria na construção da vida privada – a virtude será então a arte de bem viver.

1.2. Ética cristã medieval

A tradição cristã medieval impõe seu domínio durante dez séculos a partir das ruínas da sociedade antiga. A escravidão cede lugar ao regime de servidão, caracterizado como um sistema de dependências e vassalagens que lhe confere aspecto estratificado e hierárquico. Nessa sociedade, caracterizada pela fragmentação econômica e política dos feudos, a religião garante certa unidade social, com a Igreja exercendo poder espiritual e monopolizando toda a vida intelectual.

A ética cristã parte de um conjunto de verdades reveladas a respeito de Deus, das relações do homem com o seu criador e do modo de vida prático que o homem deve seguir para obter a salvação no outro mundo. Acredita que a verdadeira virtude consistirá no desprezo de si mesmo e no amor a Deus. Confunde a filosofia com a teologia e justifica o penar terreno com a promessa

de vida eterna no paraíso em que haveria igualdade entre todos os homens. O cristianismo pretende elevar o homem de uma ordem terrestre para uma ordem sobrenatural: escravos e livres, cultos e ignorantes são iguais diante de Deus. A ética cristã medieval não condenava a desigualdade social, chegando, inclusive, a justificá-la.

O cristianismo constituía uma religião, sendo, antes de tudo, uma fé e um dogma, mas fez-se filosofia na Idade Média. Por isso, dizia-se naquela época que a filosofia era serva da teologia. Santo Agostinho (354-430), São Tomás de Aquino (1227-1274) e Pascal (1623-1662) são alguns dos pensadores mais influentes desse período, todos buscaram alicerçar suas idéias nas bases lançadas pelos filósofos gregos.

1.3. Ética moderna

A ética moderna vai do século XVI até o começo do XIX. Trata-se de uma ética antropocêntrica e tem grande impulso com as idéias e ideais do Iluminismo. A religião deixa de ser a forma ideológica dominante e a Igreja Católica perde a sua função de guia, com os movimentos da Reforma destruindo a unidade cristã medieval.

Antecipando-se aos iluministas e materialistas do século XVIII, René Descartes (1596-1650) esboçava a tendência de centrar a filosofia no homem e pô-la a serviço da tarefa de destruição dos pilares ideológicos de um mundo já caduco e de formar um novo homem em harmonia com a sua natureza racional.

Voltaire [Francois Marie Arouet] (1694-1778) apontava para a relatividade dos sistemas morais e a impossibilidade de uma moral universal, ridicularizando tanto o antropocentrismo quanto a tradição religiosa. No entanto, todos os homens deveriam respeitar as leis da sociedade e os honestos representariam o modelo do bom cidadão. Os enciclopedistas (Iluminismo francês, século XVIII) tinham a crença otimista no progresso e no espírito reformador e acreditavam no saneamento da sociedade com as luzes da razão e o avanço científico.

Na Alemanha, Immanuel Kant (1724-1804) concluiu o Iluminismo. Para ele, o homem tem consciência de seus deveres e a moral é a doutrina que nos ensina como devemos nos tornar dignos da felicidade. Assim, a moral kantiana será a moral do dever e da imposição de normas a si mesmo, o reino do imperativo categórico formulado por Kant: 'Age de maneira que possas querer que o motivo que te levou a agir se torne uma lei universal.'

Diferentemente do que ocorreu com a França, a Alemanha não viveu uma revolução. Para Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) isso se deveu ao fato de que os alemães 'estavam reconciliados com a realidade'. O filósofo alemão desenvolveu a lógica dialética, que parte do princípio da contradição, segundo o qual a realidade é essencialmente processo – o vocábulo dialética expressa a idéia de dualidade, troca, diálogo. Surgida na antiguidade clássica, percorre um longo caminho até chegar a Hegel que privilegia a idéia (o pensamento) em

relação à realidade (o concreto). Em seguida, Karl Marx (1818-1883) e Frierich Engels (1820-1895) adaptaram a dialética à filosofia materialista.

No mundo moderno, tudo contribuiu para que a ética tivesse seu centro e fundamento no homem.

1.4. Ética contemporânea

Uma nova modernidade começa a surgir entre fins do século XIX e início do XX. As teorias de Sigmund Freud (1856-1939) sobre o inconsciente, de Albert Einstein (1879-1955) sobre a relatividade – redefinindo completamente as noções de tempo e espaço (SEVCENKO, 1992) – e de Thomas Edison (1847-1931) sobre a luz emergem da ciência e ganham força na arte, especialmente na dos chamados impressionistas, com a quebra da figura na pintura e da melodia na música.

As cidades passavam por transformações em todos os sentidos: hábitos, costumes, comportamentos, estilo de vida alteravam-se de forma rápida e irreversível. Uma nova era se instala e traz grandes mudanças na ordenação social, redefinindo as idéias, construídas pela religião ou pela filosofia, de uma sacralidade e dignidade superiores ao redor da figura humana.

Na era contemporânea, caberá a Friedrich Nietzsche (1844-1900) problematizar os fundamentos da moral e transformá-la num questionamento radical dos conceitos clássicos de virtude herdados da moral socrática ou da moral cristã (NASCIMENTO, In: OLIVEIRA et al, 1990). O existencialismo de Sören Aabye Kierkegaard (1813-1855) e Jean-Paul Sartre (1905-1980) traz uma orien-

tação individualista para a ética e a moral. Nos Estados Unidos da América (EUA), o pragmatismo associa a ética à praticidade e ao espírito de empresa.

Na psicanálise, Freud fala de instintos, inconsciente e superego; Alfred Adler (1870-1937) propõe a vontade do poder; Carl Gustav Jung (1875-1961) lança a idéia dos arquétipos e Erich Fromm (1900-1980) discute as relações do homem com o mundo externo. O marxismo fala em *práxis*, em ser criador e em ser social, expondo as relações de produção e a concepção de ser histórico. Ampliando as categorias marxistas, os filósofos da Escola de Frankfurt discutem a recuperação da razão não repressora, apresentam a teoria da ação comunicativa e defendem a mediação pelo discurso.

2. Ética na pesquisa

O desenvolvimento do conhecimento científico e os avanços tecnológicos trouxeram a possibilidade de controle e manipulação da natureza e dos seres vivos, gerando questionamentos quanto aos limites e conseqüências desse poder. É nesse contexto que documentos e diretrizes internacionais têm sido elaborados, especialmente quanto às pesquisas envolvendo seres humanos, tais como o *Código de Nuremberg* (1947), a *Declaração dos Direitos do Homem* (1948), a *Declaração de Helsinque* (1964 e suas versões posteriores de 1975, 1983 e 1989), o *Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos* (ONU, 1966, aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro em 1992), as *Propostas de Diretrizes Éticas Internacionais para*

Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos (CIOMS/OMS 1982 e 1993) e as Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos (CIOMS, 1991). No Brasil, a Constituição Federal e várias leis também disciplinam a matéria.

A ótica legal não contempla todas as possibilidades. Abordar questões éticas implica, necessariamente, pensar muitas possibilidades que, por sua vez, envolvem critérios de natureza diversa. Considerando-se a complexidade envolvida, torna-se necessário estabelecer critérios oriundos de várias áreas – ética, legal, moral, lógica, social, psicológica, econômica, política, tecnológica, comunicacional etc., adotando-se uma perspectiva transdisciplinar e/ou multidisciplinar. Os aspectos tecnológicos, por exemplo, devem ser compreendidos de forma abrangente, ou seja, como técnicas, ferramentas e instrumentos. Segundo Feenberg (2003, p. 1):

O que Heidegger chamou de ‘a questão da tecnologia’ ocupa hoje um status especial na academia. Após a Segunda Guerra Mundial, as humanidades e as ciências sociais foram tomadas por uma onda de determinismo tecnológico. Se não fosse louvada por modernizar-nos, cabia-lhe a culpa pela crise da cultura. Quer interpretado em termos otimistas quer em termos pessimistas, o determinismo parecia oferecer uma descrição fundamental da modernidade como fenômeno unificado. Tal abordagem é agora amplamente abandonada por uma visão que admite a pos-

sibilidade de ‘diferenças’ significativas, isto é, de variação cultural na recepção e apropriação da modernidade. No entanto, esta ruptura do determinismo simplista não nos levou a um florescimento da pesquisa em filosofia da tecnologia como seria de se esperar.

Embora tenham ocorrido mudanças, a maior parte dos estudiosos no campo das ciências humanas tem ignorado quase completamente a tecnologia, a não ser quando forçados a isso. As novas abordagens tanto desagregam a questão da tecnologia quanto a destituem de significado filosófico.¹ Nota-se a existência de um dilema: escolher entre a racionalidade universal e variedade cultural, conceitos dialeticamente correlatos que se

1 No dizer de Feenberg (2003, p. 1-2): “O atual multiculturalismo, tão em moda hoje em dia, não pode ser tomado a sério enquanto se rejeitam convincentemente as expectativas tradicionais anteriores que convergem para um modelo singular de modernidade. Nos termos dessa tradição, a tecnologia continuará a afetar cada vez mais a vida social e cada vez menos permanecerá livre de sua influência na constituição de uma diferença cultural. Assim, a demonstração, no curso de inúmeros estudos de casos que se repetem, de que a racionalidade não é o valor universal transcultural que se acreditava ser, pode fazer avançar o debate mas não resolve a questão. A persistência da especificidade neste ou naquele domínio não tem significado especial. O novo quadro que emerge dos estudos sociais da ciência e da tecnologia nos dá excelentes razões para crer que a racionalidade é uma dimensão da vida social mais similar que diferente quanto a outros fenômenos culturais. No entanto, é improvável desfazer-se dela como apenas um mito ocidental e esvaziar todas as distinções que, com tanta evidência, diferenciam as sociedades modernas das pré-modernas. Há algo distintivo nas sociedades modernas quando se colhe noções como modernização, racionalização e reificação. Sem tais conceitos, derivados de Marx e Max Weber, o processo histórico dos últimos cem anos deixa de ter qualquer sentido. No entanto, estes são conceitos ‘totalizantes’ que parecem fazer-nos recuar a uma visão determinista que parecia transcendida pela nova perspectiva culturalista.”

mostram impensáveis quando isolados um do outro. Há, portanto, a necessidade não só de pensar a tecnologia sob uma ótica mais abrangente, mas também de situá-la como racionalidade e variedade cultural.

De fato, o trânsito entre várias lógicas e modos de percepção, que remetem a níveis de realidade diferentes, desafia-nos a incorporar nossa visão e sensibilidade ao processo de conhecimento, num movimento de elucidação do que se passa em si mesmo, no outro, no mundo. Isso se traduz por uma produção permanente de conhecimento, sempre de forma inacabada, porém vinculada a uma *práxis*, alimentada por um projeto que busca a autonomia cada vez maior da pessoa e da sociedade.

Cada pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para compreender 'de dentro' as atitudes e comportamentos, os sistemas de idéias, valores, símbolos e mitos (a existencialidade interna de cada um). Temos de reconhecer uma ligação fundamental entre o imaginário e o pensamento, rejeitando compreender a função imaginária como simplesmente 'enganadora' e 'ilusória', reconhecendo-a principalmente como criadora. Essa criação está no cerne do movimento da consciência e não poderia existir sem ela. Inversamente, o imaginário radical necessita do pensamento para se estabelecer em suas construções simbólicas, para limitar sua potência criadora/ destruidora. Modificados por esta nova forma de pensar o mundo, que implica ver e sentir o mundo em que estamos, podemos compreender a linguagem pela qual a vida, incansavelmente, nos fala.

3. Considerações finais

O tripé ciência/ técnica/ indústria tem perdido, nos últimos anos, seu caráter providencial. Embora continue sedutora, a idéia de um progresso contínuo (que trouxe consigo a emancipação individual, a secularização e a solução de grandes problemas da humanidade) começa a ser questionada. Além da emancipação, o individualismo levou à atomização e anonimização; a secularidade, pensada como libertação de dogmas, gerou, por sua vez, perda de valores, angústia e incerteza; o progresso não foi, como se imaginava, apenas provedor de grandes soluções, mas também provocador de novos problemas e novas carências, muitas delas ligadas diretamente aos meios de comunicação, especialmente aos meios massivos. Dessa forma, a crise do progresso vai produzir crises tanto na ótica passada quanto no pós-modernismo, como salienta Morin (1999, p. 19):

No ocidente essa crise do progresso engendrou o pós-modernismo, que consagra a incapacidade de conhecer o futuro melhor. E sobre o planeta todo, a crise de progresso prova um formidável e multiforme movimento de ressurgimento e de retorno aos fundamentos éticos, nacionais e religiosos, perdidos ou esquecidos.

Se considerarmos, como dizem Morin e Wolf (2003, p. 19), que o mito do progresso está morto, é fundamental pensar a possibilidade de um progresso que comporte

a fragilidade e a complexidade. Atualmente, os preceitos deterministas de um progresso contínuo dão lugar à incerteza:

Por toda parte firma-se a consciência de que não estamos nos momentos finais da história que antecedem sua grande plenificação. Por toda parte desapareceram os balizamentos em direção ao futuro. O mundo não vai nem bem nem mal, vai aos trancos e barrancos, de solavanco em solavanco, sem estar ainda nem totalmente nem para sempre submerso pela barbárie. A nave Terra navega pela noite bruma numa aventura desconhecida.

O progresso também impôs alterações nas concepções que o homem tinha de si e de suas relações com outros povos e nações. A globalização decorrente da revolução tecnológica da informação nos introduz na era da informação, da sociedade em redes. Essa globalização gera, por um lado, comunicação ampliada, normalmente dirigida às massas, e, por outro, conflitos e rupturas. Para abarcar tais mudanças e transformações, é necessária uma abordagem transdisciplinar. Raymond Barglow (CASTELLS, 2002, p. 59), por exemplo, na ótica da psicanálise social, aponta para o fato de que, embora os sistemas de informação e formação de redes aumentem a capacidade humana de organização e integração, ao mesmo tempo subvertem o conceito ocidental tradicional de sujeito separado e independente:

A mudança histórica das tecnologias mecânicas para as tecnologias da informação ajuda a subverter as noções de soberania e auto-suficiência que serviam de âncora ideológica à identidade individual desde que os filósofos gregos elaboraram o conceito, há mais de dois mil anos. Em resumo, a tecnologia está ajudando a desfazer a visão de mundo por ela promovida no passado.

É preciso mudar, reformar o pensamento e observar a dependência que o ser humano tem das tecnologias da informação para que se possa transformar a possibilidade de relacionar as partes ao todo e o todo a nós – não se pode separar o conhecimento de seu contexto.

O desenvolvimento científico-tecnológico dos últimos cinquenta anos teve como consequência um progresso sem precedentes na história da humanidade. Por outro lado, trouxe à tona questionamentos éticos ligados tanto às questões de sobrevivência do homem no planeta, enquanto ser vivo, quanto aos aspectos socio-culturais implicados nas questões relativas à clonagem, à subserviência e alienação provocadas pelos meios de comunicação de massa e aos outros usos da engenharia genética.

Quando a ciência encontra um poder, que pode alterar as condições usuais de vida sobre o planeta e fornecer meios para novas atividades, cujas consequências ainda são desconhecidas, as questões éticas envolvidas assumem um caráter de urgência, dado o descompasso observado entre as descobertas realizadas e os mecanis-

mos de que se dispõe para lidar, de forma eficiente, com a complexidade de atores e situações envolvidos. Um bom exemplo é a bioética que, de forma abrangente, discute os novos problemas éticos dadas as possibilidades de manipulação trazidas pela ciência biológica e pela Medicina – o avanço das técnicas de fecundação artificial, por exemplo, expõe controvérsias sobre as noções de família e de paternidade. Morin e Le Moigne (2000, p. 40) advertem que esta não é uma questão puramente acadêmica e religiosa, mas que se estende a toda a sociedade:

Penso que os problemas bioéticos não são unicamente reservados a comitês de médicos, de curandeiros, de filósofos e outras entidades representantes de correntes espirituais. A bioética é algo público, dos cidadãos. É algo que os partidos políticos e os governos devem apresentar como de todos, vendo quais são os problemas e vendo-os como problemas para a consciência pública. Ninguém pode tratar os problemas com em tubo fechado. Devemos considerar que bioética é também bioética política, que necessita, justamente, da consciência política de todas as mudanças produzidas, hoje, no desenvolvimento da Biologia.

Mais à frente, ressaltam:

Quando a ciência encontra um poder, mesmo um elemento pequeno que se pode utilizar, como o átomo, pode-se ter várias conseqüências desta manipulação. A bomba termonuclear, a indústria termonuclear. Os genes com possibilidades de manipulação de toda espécie humana e futura, a manipulação cerebral mostra uma ciência incontrolável. Somente uma consciência pública pode controlar a ciência. (op. cit., p. 43).

A historicidade do homem não reside apenas na continuidade do tempo, mas na consciência ativa do futuro, pela qual se torna possível a criação original por meio de um projeto de ação que tudo muda. O comportamento ético é consciente, livre, obrigatório e responsável: cria um dever. A comunicação, especialmente a comunicação de massa, em suas várias possibilidades de manifestação, convive com a alta tecnologia de ponta e, ao mesmo tempo, trata de questões diretamente ligadas ao cotidiano do ser humano em sua essência física e espiritual, muitas vezes alijado do progresso. Sem o comportamento ético, sem uma reflexão mais profunda, a manipulação e a exclusão podem tornar-se um substitutivo conveniente dos princípios que norteiam a ética em seu sentido mais profundo.

Rreferências

CASTELLS, M. *A sociedade em redes*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FEENBERG, Andrew. *Do essencialismo ao construtivismo: a filosofia numa encruzilhada*. Trad. Newton Ramos de Oliveira. Publicação interna. São Carlos: UFSCar, 2003.

MORIN, Edgar. *Por uma reforma do pensamento*. n: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org.). *O pensar complexo – Edgar Morin e a crise da modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: CDS-UnB; Garamond, 1999.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

MORIN, Edgar; WOLF, Christoph. *Planeta: a aventura desconhecida*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2003. 80 p.

OLIVEIRA, Armando Mora de (Org.); PLASTINO, Caetano Ernesto; LEOPOLDO E SILVA, Franklin; ASSIS, Jesus Eugênio de Paula; NASCIMENTO, Milton Meira do; MATOS, Olgária; MARICONDA, Pablo Rubén. *Primeira filosofia: tópicos de filosofia geral*. São Paulo: Brasiliense, 1990. 168 p.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 424 p.

TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre ética*. Petrópolis: Vozes, 1997.

